



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO –
CAMPUS SERRINHA

GEORGE FREITAS SANTOS

PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM COOPERATIVAS DE
CRÉDITO

SERRINHA - BA

2022

GEORGE FREITAS SANTOS

**PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM COOPERATIVAS DE
CRÉDITO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano-*Campus* Serrinha, como requisito parcial para a obtenção do título de Tecnólogo em Gestão de Cooperativas.

Orientadora Me. Etiene Santiago Carneiro

SERRINHA - BA

2022

Santos, George Freitas

S237p Perspectivas da educação financeira em cooperativas de crédito/ George Freitas Santos.- Serrinha, Ba, 2022.

40p.; il.; color.

Inclui bibliografia.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnologia em Gestão de Cooperativas) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Campus Serrinha.

Orientadora: Profa. Ms. Etiene Santiago Carneiro

1. Cooperativismo. 2. Cooperativismo de crédito. 3. Educação cooperativista. 4. Educação financeira. I. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. II. Carneiro, Etiene Santiago (Orient.). III. Título.

CDU: 334

GEORGE FREITAS SANTOS

**PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM COOPERATIVAS DE
CRÉDITO**

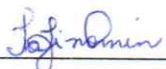
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano–*Campus* Serrinha como requisito parcial para obtenção do Título de Tecnólogo em Gestão de Cooperativas.

APROVADO EM 11 / 11 / 2022


BANCA EXAMINADORA



Doutora Márcia Eliana Martins
IF Baiano – Campus Serrinha



Doutora Tatiane Tagino Comin
IF Baiano – Campus Serrinha



Mestra Etiene Santiago Carneiro
IF Baiano – Campus Serrinha
Orientadora

SERRINHA - BA

2022

Dedico este trabalho a todo o curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – *Campus Serrinha*, corpo docente e discente, a quem fico lisonjeado por ter feito parte.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela oportunidade de conquistar mais um objetivo e por sempre me conduzir em direção ao seu propósito para minha vida.

A minha família, que sempre me incentivou e me deu todo o apoio para lutar por cada objetivo, em especial, meus pais, pois essa vitória também é deles!

Agradeço também a todos os professores e servidores do IF Baiano que contribuíram muito para minha formação enquanto profissional e ser humano. Aos meus colegas de turma, em especial: Alexandre Teles, Breno Mota e Paula Vanessa.

Por fim, agradeço a cada um que, de alguma forma, contribuiu para o alcance desse objetivo, meu muito obrigado!

“Se você quer mudar os frutos, primeiro tem que trocar as raízes - quando deseja alterar o que está visível, antes deve modificar o que está invisível.”

T. Harv Eker

SANTOS, George Freitas. **Perspectivas da Educação Financeira em Cooperativas de Crédito**. 40 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Gestão de Cooperativas) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – *Campus Serrinha*, Serrinha, BA, 2022.

Resumo

O presente estudo discorre sobre a percepção da educação financeira em sociedades cooperativas, apresentando suas interfaces e dialogando diretamente com a relação entre estas e seus cooperados. Diante disso, apresenta-se como objetivo geral entender como a educação financeira pode influenciar nas relações estabelecidas entre cooperativas de crédito e seus cooperados. Tendo em vista, os seguintes objetivos específicos: a) Identificar os princípios da educação financeira estabelecidos em sociedades cooperativas; b) estabelecer as relações entre a educação financeira e a educação cooperativista; c) caracterizar as ações de educação financeira desenvolvidas por cooperativas de crédito para seus cooperados. Nesse sentido, a problemática apontada é de que forma a educação financeira pode influenciar na relação entre as cooperativas de crédito e seus cooperados? A metodologia desenvolvida neste estudo tem um caráter exploratório, partindo de uma abordagem qualitativa, utilizando-se do método de pesquisa bibliográfica. Como resultado, apurou-se que as ações voltadas para a educação financeira em sociedades cooperativas promovem o fortalecimento da perspectiva de sustentabilidade dos empreendimentos, agregando valor aos seus cooperados e a comunidade externa.

Palavras-Chave: Cooperativismo; Cooperativismo de Crédito; Educação Cooperativista; Educação Financeira.

SANTOS, George Freitas. **Perspectives of Financial Education in Credit Cooperatives.** 40 p. Work Course Conclusion (Technologist in Cooperatives Management) Federal Institute of Education, Science and Technology Baiano - *Campus Serrinha*, Serrinha, BA, 2022.

Abstract

The present study discusses the perception of financial education in cooperative societies, presenting their interfaces and dialoguing directly with the relationship between these and their cooperative members. Therefore, the general objective is to understand how financial education can influence the relationships established between credit unions and their members. Bearing in mind the following specific objectives: a) Identify the principles of financial education established in cooperative societies; b) establish relationships between financial education and cooperative education; c) characterize the financial education actions developed by credit unions for their members. In this sense, the problem pointed out is how can financial education influence the relationship between credit unions and their members? The methodology developed in this study has an exploratory character, starting from a qualitative approach, using the bibliographic research method. As a result, it was found that actions aimed at financial education in cooperative societies promote the strengthening of the sustainability perspective of the enterprises, adding value to their members and the external community.

Keywords: Cooperativism; Credit Cooperative; Cooperative Education; Financial education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Princípios da educação financeira presentes nas cooperativas de crédito	31
Figura 2 - Evolução normativa das Cooperativas de crédito no Brasil	35

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Socialistas utópicos	19
Quadro 2 – Princípios cooperativistas	22
Quadro 3 – Descrição do processo de levantamento dos dados da pesquisa	28
Quadro 4 – Detalhamento dos trabalhos selecionados para a análise	29

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI	Aliança Cooperativa Internacional
BCB	Banco Central do Brasil
BR	Brasil
CMN	Conselho Monetário Nacional
CONEF	Comitê Nacional de Educação Financeira
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
FATES	Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
RPC	Regime Prudencial Completo
RPS	Regime Prudencial Simplificado
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SICREDI	Sistema de Crédito Cooperativo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1 Delimitação do problema	15
1.2 Justificativa	17
2. OBJETIVOS	18
2.1 Objetivo Geral	18
2.2. Objetivos Específicos	18
3. REFERENCIAL TEÓRICO	19
3.1 Cooperativismo	19
3.1.1 Cooperativismo no Brasil	23
3.2 Cooperativas de crédito	23
3.3 Interfaces entre a educação cooperativista e a educação financeira	25
4. METODOLOGIA	27
4.1 Tipo de Pesquisa	27
4.2 Levantamento dos dados da pesquisa	27
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	30
5.1 Princípios da educação financeira estabelecidos em sociedades Cooperativas	30
5.2 Estabelecer as relações entre a educação financeira e a educação cooperativista	32
5.3 Características das ações de educação financeira desenvolvidas por cooperativas de crédito aos seus cooperados	34
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	38

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, o avanço tecnológico tem provocado mudanças profundas e constantes em diversos segmentos e, cada vez mais, as pessoas têm a necessidade de se adaptar e encontrar meios para interagir de forma mais saudável com essas transformações. Dentro desse contexto, o mercado financeiro se destaca pela escalada tecnológica que ocorreu nas últimas décadas, havendo um processo intenso de evolução no formato de atuação das instituições financeiras, incorporando novos produtos e serviços (KÜHL; VALER; GUSMÃO, 2016).

Contudo, mesmo com essa evolução, uma parte da população brasileira ainda não tem acesso a esses produtos e serviços, principalmente pela falta de interesse das instituições financeiras convencionais em atuar em alguns segmentos (GREATTI; SELA, 2021). Segundo Greatti e Sela (202, p. 22), “o fato de não ser um público rentável para as instituições financeiras também está relacionado ao alto custo da logística de distribuição com a prestação de serviços e instalação de agência bancária”.

Dentro desse contexto, a exclusão financeira se caracteriza como um entrave para o desenvolvimento socioeconômico de determinadas localidades, uma vez que, grande parte da população ainda se encontra às margens do SFN e, por conta disso, não tem acesso aos serviços bancários básicos, como: meios de pagamento, aplicações financeiras; linhas de crédito, seguros, planos previdenciários; entre outros (GREATTI; SELA, 2021).

A falta de acesso aos produtos e serviços bancários afeta diretamente o desenvolvimento socioeconômico, uma vez que inviabiliza o surgimento de iniciativas capazes de contribuir para a redução dos níveis de desigualdade de renda, dificultando a circulação da moeda na economia local, bem como a construção de poupança e a captação de investimentos. Segundo Búrigo (2006, p. 312), “Uma das facetas da desigualdade no Brasil se revela nas relações entre a população e o Sistema Financeiro Nacional (SFN). A exclusão dos serviços e produtos bancários atinge dezenas de milhões de pessoas [...]”.

Dentro desse contexto, ganha notoriedade o cooperativismo de crédito por seu caráter inclusivo e seus mecanismos voltados para o desenvolvimento socioeconômico local (GREATTI; SELA, 2021). Segundo o Banco Central do Brasil (BCB), cooperativa de crédito é definida como:

[...] uma instituição financeira formada pela associação de pessoas para prestar serviços financeiros exclusivamente aos seus associados. Os cooperados são ao mesmo tempo donos e usuários da cooperativa, participando de sua gestão e usufruindo de seus produtos e serviços (BCB, s/d).

Essa modalidade de empreendimento tem a capacidade de criar condições econômicas capazes de promover iniciativas com potencial de melhoria na qualidade de vida da população, através do acesso a produtos financeiros e bancários que permitem, aos apartados do SFN, gerar trabalho e renda. O cooperativismo de crédito ganha relevância pela capacidade de alcançar as comunidades onde o sistema financeiro tradicional não atua. Todavia, por não visar o lucro e sim as pessoas, o interesse pela comunidade além de um princípio, também se torna um objetivo legítimo, que valida o empreendimento e sua potencial sustentabilidade (GREATTI; SELA, 2021).

No âmbito educacional, tendo como referência o 5º princípio do cooperativismo: educação, formação e informação, destaca-se a educação cooperativista, a qual, segundo Scopel e Santos (2020, p. 151), “está atrelada com a cultura de cooperação esta que é uma ideia que se baseia num relacionamento de interdependência entre pessoas [de] diferentes potencialidades com o objetivo de alcançar um bem comum”. Em outras palavras, a educação cooperativista se caracteriza como um pressuposto para construção de uma sociedade mais solidária e democrática, formando cidadãos que almejam o bem comum.

Voltando para o contexto atual do Sistema Financeiro Nacional (SFN), em decorrência da crescente escalada tecnológica no mercado financeiro, todas as instituições financeiras passaram a operar de forma mais complexa e isso, aliado a outros fatores, tornou o mercado mais complexo e exigindo consumidores mais instruídos financeiramente.

Nesse sentido, tomando como base as discussões envolvendo a inclusão financeira e o cooperativismo de crédito, ganha atenção especial a educação financeira, que se enquadra dentro da área de abrangência da educação cooperativista. A educação financeira utiliza de seus mecanismos para promover a proficiência financeira, desenvolvendo conhecimentos e habilidades necessárias para a inserção da população no SFN (GREATTI; SELA, 2021). Portanto, permite a integração desses indivíduos à sociedade, garantindo a sua participação no processo socioeconômico, incentivando a gestão eficiente dos recursos e o planejamento financeiro como fator gerador de desenvolvimento local.

1.1 Delimitação do problema

Ao longo da história, a falta de estruturação dos assuntos ligados à educação financeira no sistema básico de ensino do país contribuiu para a formação de diversas

gerações de brasileiros que não tiveram acesso a esses conceitos e fundamentos, e conseqüentemente não foram alfabetizados financeiramente. Dentro desse contexto, a escassez de informação se torna um entrave para o desenvolvimento, gerando um cenário onde não há integração entre o ambiente das instituições financeiras e uma grande parcela da população (KÜHL; VALER; GUSMÃO, 2016).

Dessa forma, entende-se que esta integração parte da formação de indivíduos financeiramente mais educados, com um grau de conhecimento capaz de garantir a sua inserção no mercado financeiro de forma saudável. Contudo, o avanço tecnológico dos produtos e serviços financeiros está tornando o mercado cada vez mais complexo, exigindo que esse conhecimento seja trabalhado de forma mais constante e eficiente (KÜHL; VALER; GUSMÃO, 2016).

Diante disso, o BCB e as instituições parceiras desenvolvem ações para levar formação, informação e orientação aos seus respectivos públicos, tendo como prerrogativa, a necessidade de inserção desses indivíduos no SFN, para que haja interação entre estes e as instituições, visando fomentar a política pública de inclusão financeira no país (GREATTI; SELA, 2021).

Segundo Greatti e Sela (2021, p. 22):

Uma política pública se constitui como um conjunto de ações e intervenções, tanto do Estado como da sociedade, orientadas não apenas a garantir a ordem e a segurança social, mas também a prover serviços destinados a diminuir as desigualdades sociais e promover o desenvolvimento econômico (GREATTI; SELA, 2021, p. 22).

Existem inúmeras ações e mecanismos desenvolvidos para fomentar projetos de incentivo à inclusão financeira. Nesse sentido, a exclusão financeira é considerada um problema público, pois requer uma mobilização de esforços e recursos para tentar solucioná-lo, afetando de forma direta ou indireta toda a sociedade. Entretanto, essa política ainda não está constituída em ato formal que regulamente suas atividades perante um órgão coordenador (GREATTI; SELA, 2021).

Dentro desse contexto, as cooperativas de crédito assumem um papel de organização implementadora da política pública de inclusão financeira, partindo da ideia de desenvolvimento endógeno, validado pelo caráter inclusivo do empreendimento e pela participação ativa dentro da comunidade onde estão inseridas (GREATTI; SELA, 2021). Todavia, essas cooperativas têm a necessidade de engajar e orientar seus membros,

principalmente no que se refere à educação financeira, tendo em vista a carência da população brasileira nesse sentido.

Diante disso, se faz necessário entender como as cooperativas de crédito estão abordando essa temática e traçar um perfil dessa atuação, visando aprimorar o entendimento acerca das ferramentas e metodologias utilizadas para a elaboração de ações práticas que tenham como objetivo educar financeiramente a população, trazendo discussões acerca dos conceitos e fundamentos que envolvem as finanças pessoais e a estrutura do mercado financeiro. Dessa forma, este estudo parte do seguinte questionamento: de que forma a educação financeira pode influenciar na relação entre as cooperativas de crédito e seus cooperados?

1.2 Justificativa

Historicamente, a humanidade tem a necessidade recorrente de desenvolver e aprimorar as formas de gerir seus recursos e, a partir da eficiência dessas ações, garantir sua sobrevivência. Na atualidade, essa necessidade se estende aos mais diversos campos da sociedade, muito por conta do avanço tecnológico que, impulsionado pela globalização, redefiniu inúmeros conceitos ligados a essa interação. Contudo, destaca-se neste estudo a relação do homem com seus recursos financeiros e os meios utilizados para garantir sua eficiência na gestão, tendo como base, a educação financeira em um âmbito ligado ao cooperativismo de crédito brasileiro (SCOPEL; SANTOS, 2020).

No Brasil, o avanço tecnológico e a ampliação do acesso à informação promoveram mudanças profundas no contexto que envolve a relação do homem com o mercado financeiro. Nesse sentido, as transformações e a ampliação da oferta dos produtos e serviços bancários trouxeram novos desafios, uma vez que, exigem dos indivíduos um grau de instrução financeira maior, em contraste com um país onde a educação financeira é um tema pouco abordado no ensino básico (KÜHL; VALER; GUSMÃO, 2016).

Dessa forma, o cooperativismo de crédito surge como ator implementador de ações voltadas para a inclusão financeira, tendo como principal característica a alta capacidade de inserção da população que se encontrava em regiões antes desassistidas pelas instituições financeiras convencionais (GREATTI; SELA, 2021). Contudo, o processo de inclusão financeira perpassa também pela promoção da educação financeira, visto que essa é uma necessidade em comum dos diferentes públicos atendidos por estas instituições, levando em

consideração fatores culturais, sociais, políticos e econômicos.

Nessa perspectiva, este trabalho se justifica pela necessidade de se buscar o entendimento acerca das ações desenvolvidas pelas cooperativas de crédito para promover a educação financeira, tendo em vista, a sua importância no processo de inclusão financeira no país. Contudo, destaca-se também o interesse do pesquisador por essa temática, uma vez que, ele foi um dos beneficiários da expansão do mercado financeiro, passando a ter acesso a produtos e serviços bancários de uma forma mais ampla, partindo dessa interação, a necessidade de buscar informações acerca dos processos que envolvem o mercado financeiro e conseqüentemente a educação financeira.

Dentro desse contexto, o pesquisador se aproximou deste tema, através de sua necessidade pessoal de gerir de forma mais eficiente seus recursos financeiros e por meio de sua atuação profissional no setor financeiro de uma empresa privada. Entretanto, ao ingressar no curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, no IF Baiano, conheceu o cooperativismo de crédito e isso despertou sua curiosidade acerca da relação que envolve a educação financeira e as cooperativas de crédito. Por fim, o estudo dessa realidade tem a intenção de compreender o perfil de atuação dessas instituições, visando traçar um diagnóstico dessa relação, estabelecendo parâmetros para entender como os impactos gerados pela implementação da educação financeira podem influenciar nas relações entre a cooperativa de crédito e seus cooperados.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Entender como a educação financeira pode influenciar nas relações estabelecidas entre cooperativas de crédito e seus cooperados.

2.2. Objetivos Específicos

- a) Identificar os princípios da educação financeira estabelecidos em sociedades cooperativas;
- b) Estabelecer as relações entre a educação financeira e a educação cooperativista;
- c) Caracterizar as ações de educação financeira desenvolvidas por cooperativas de crédito para seus cooperados.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Cooperativismo

A cooperação está presente na sociedade desde as primeiras civilizações, sendo um importante mecanismo para garantia da sobrevivência da espécie humana. Entretanto, quando se fala do cooperativismo moderno, seu surgimento tem origem durante a segunda metade do século XVIII, período em que ocorreu a revolução industrial, movimento que modificou a relação do homem com o trabalho, passando da manufatura para a industrialização (RODRIGUES, 2009; SALES, 2010).

Dentro desse contexto, o cooperativismo nasce da necessidade de organização social para combater os efeitos negativos decorrentes da mecanização industrial. Dentre esses efeitos, estão o recrutamento de mulheres e crianças – visando a obtenção de mão-de-obra mais barata; as jornadas de trabalho excessivas; as condições de trabalho insalubres; a baixa remuneração dos trabalhadores; e o aumento dos índices de pobreza e miséria, devido à implementação das máquinas que reduziram postos de trabalho, ocasionando demissões em massa (RODRIGUES, 2009).

Entretanto, essa consequência do capitalismo emergente, ou seja, o avanço industrial em detrimento da classe trabalhadora, deu origem a condições favoráveis para o surgimento das discussões envolvendo cooperativismo. Esse ambiente intelectual se deu a partir das discussões e pensamentos dos chamados socialistas utópicos, que se caracterizam como tal, devido à indignação frente às desigualdades sociais e injustiças provocadas pelo modelo de produção capitalista (SALES, 2010). O Quadro 1 apresenta alguns destes pensadores e suas principais ideias.

Quadro 1 – Socialistas utópicos (continua)

NOME	PRINCIPAIS IDEIAS
Robert Owen (1771-1858)	O “profeta da cooperação” como era conhecido, Robert Owen, defendia que o ambiente social seria responsável pelas características que definem o homem, ou seja, para transformar o homem, se faz necessário, primeiro transformar o ambiente social onde ele está inserido. Essa transformação, deveria ser pacífica, gradual e moderada, com intuito de não se perder aspectos importantes dessa relação. Principais ações:

	<p>1. Owen era contra a promoção do lucro e da concorrência, pois considerava que em decorrência disso existiam as injustiças sociais e outros males;</p> <p>2. Também se posicionou contra as divisões sociais entre a classe operária e os empregadores, pois defendia que a produção deveria ser dos trabalhadores;</p> <p>3. Incentivou a criação de ações de assistência social e promoveu discussões sobre medidas previdenciárias.</p>
François Marie Charles Fourier (1772-1837)	<p>Fourier buscou conciliar os interesses de ambas as partes, pois acreditava que “as desigualdades entre pobres e ricos faziam parte do plano de Deus e tudo o que provém de Deus é bem feito” (REISDORFER, 2014, p.32). Dessa forma, propôs que os homens deveriam conviver com suas diferenças de forma justa e harmônica, em comunidades chamadas de Falanstérios¹.</p>
Philippe Joseph Benjamins Buchez (1796-1865)	<p>Philippe Buchez, defendia que os trabalhadores deveriam se organizar em formato de associação cooperativa, divididos por categoria profissional e assim se tornando profissionais livres, mas isso deveria ocorrer de forma pacífica e sem espoliações, assegurando salários iguais, poupanças e empréstimos em comum.</p> <p>Principais características:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Sustentabilidade financeira sem intervenção do Estado; 2. Os trabalhadores eram, ao mesmo tempo, proprietários do empreendimento; 3. Rateio proporcional das sobras entre os trabalhadores; 4. O capital social² do empreendimento deveria ser indivisível e inalienável.
Louis Blanc (1812-1882)	<p>Blanc acreditava nas chamadas “fábricas sociais”, empreendimentos organizados por meio de estatutos próprios e financiados inicialmente pelo Estado. Uma das principais características era a divisão das sobras em três partes, onde uma parcela ficava com os trabalhadores, a outra se destinava ao fundo de assistência social e o restante deveria ser reinvestido no empreendimento, visando seu fortalecimento financeiro.</p>

Quadro 1 – Socialistas utópicos (conclusão)

Fonte: Adaptador de Reisdorfer (2014).

¹ Uma espécie de moradia coletiva para uma sociedade ideal, onde todos viveriam de forma organizada, harmônica e descentralizada.

² Capital Social de uma cooperativa é o valor formado pela soma das quotas-partes depositadas por seus cooperados.

Esses pensadores, diante da indignação com as condições de trabalho desumanas, iniciaram um processo de disseminação de suas ideias, visando conscientizar a população acerca das suas reais necessidades e desafios. Dessa forma, suas reflexões e experiências exerceram influência sobre o surgimento e desenvolvimento do cooperativismo moderno (REISDORFER, 2014).

Dentro desse contexto, um grupo de 28 trabalhadores (27 homens e uma mulher), em sua maioria tecelões, pautados pelo sentimento de cooperação e mutualidade pregados por Robert Owen e Fourier, dentre outros, fundaram em 1844, na cidade de Rochdale-Manchester, no interior da Inglaterra, o primeiro empreendimento considerado como uma cooperativa. A Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale iniciou suas atividades com a finalidade de melhorar as condições econômicas e sociais desses indivíduos (OCB, s/d; SALES, 2010). Considerada como a primeira cooperativa moderna, esta organização buscou desenvolver e manifestar valores e princípios que norteiam o cooperativismo até hoje. Trazendo características essenciais, como a democracia, honestidade, equidade, transparência e solidariedade (OCB, s/d).

No entanto,

Os princípios básicos do cooperativismo, praticados pelos Pioneiros de Rochdale em 1844, sofreram algumas reformulações. Diante das transformações sociais e tecnológicas do mundo do trabalho, os princípios que norteiam a constituição de cooperativas foram revistos e atualizados para atender às exigências da sociedade moderna (OCB/SESCOOP-GO, 2012, s/n).

Neste sentido, a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), entidade máxima do cooperativismo mundial, fundada em 1895, em Londres – uma entidade cooperativa, não governamental, com o objetivo de representar e prestar assistência aos empreendimentos cooperativos em todo o mundo –, ao comemorar os 100 anos de sua fundação, no ano de 1995, realizou um congresso em Manchester, a partir do qual foi realizada uma atualização dos princípios que norteiam o funcionamento das cooperativas em todo o mundo. Dessa forma, os sete princípios do cooperativismo, resultantes dessa atualização, funcionam como uma forma de orientar as cooperativas no que diz respeito aos seus valores e suas características primordiais, visando a manutenção das suas bases doutrinárias, conforme apresentado no Quadro 2:

Quadro 2 – Princípios cooperativistas

Nº	TÍTULO	DESCRIÇÃO
1	ADESÃO VOLUNTÁRIA E LIVRE	As cooperativas devem promover a admissão de toda e qualquer pessoa que manifeste interesse em participar, atendendo aos objetivos sociais e econômicos do empreendimento, sem qualquer distinção de classe social, raça, gênero, ideologia ou crença.
2	GESTÃO DEMOCRÁTICA	As cooperativas devem ser geridas de forma democrática, contando com a participação de todos nas tomadas de decisão e tendo seus representantes eleitos pelo coletivo.
3	PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA DOS MEMBROS	Todos os cooperados contribuem de forma igual para a integralização do capital da cooperativa. Esse montante é, geralmente, propriedade comum do empreendimento cooperativo, tendo os membros suas remunerações limitadas ao capital integralizado, se houver. Desta forma, existem algumas possíveis finalidades para os excedentes como: gerar benefícios para os cooperados; promover apoio a outras atividades ou até mesmo à própria cooperativa, desde que os cooperados manifestem sua concordância de forma democrática.
4	AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA	É garantido às cooperativas sua autonomia e independência, tendo em vista a característica organização controlada pelos coletivos de seus membros. Em caso de parcerias e acordos com outras instituições, esse controle deve se manter com os cooperados, devendo a cooperativa criar mecanismos para assegurá-lo.
5	EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO	Uma das missões do cooperativismo é levar conhecimento e informação aos seus membros, sendo esse um dos pilares para o desenvolvimento sustentável desse empreendimento e das comunidades onde estão inseridos. Dessa forma, entende-se que é um compromisso das cooperativas levar informação ao público em geral, tendo como foco os jovens, visando orientá-los sobre os conceitos e fundamentos do cooperativismo.
6	INTERCOOPERAÇÃO	A atuação em conjunto está presente na essência do cooperativismo. Esse formato fortalece o movimento e amplia o atendimento aos cooperados, fomentando a construção de estruturas no formato de redes de cooperação locais, regionais, nacionais e internacionais, visando a promoção de um bem comum.
7	INTERESSE PELA COMUNIDADE	As cooperativas devem criar mecanismos voltados para o desenvolvimento sustentável das comunidades onde estão inseridas.

Fonte: Adaptado de OCB (s/d).

Segundo Rodrigues (2009, p. 11), “o cooperativismo consiste em uma doutrina que expressa valores, princípios e fundamentos para uma adequada e justa organização econômico-social”. Ou seja, o movimento cooperativista se torna uma ferramenta de organização social, visando a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a população, através do coletivo, consiga acessar uma qualidade de vida melhor.

3.1.1 Cooperativismo no Brasil

No Brasil, oficialmente o movimento cooperativista teve início no ano de 1889, com a fundação da Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, em Minas Gerais. Dentro desse cenário, o cooperativismo ganhou notoriedade, expandindo sua atuação em outros estados, como Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul (OCB, s/d).

Atualmente, as cooperativas estão presentes em diversos setores da economia, colaborando para a construção de mecanismos capazes de gerar inclusão social, econômica e cultural. Nesse sentido, o cooperativismo se tornou um modelo de negócio viável e com potencialidades que apontam para um desenvolvimento sustentável, priorizando em suas ações a participação democrática, a independência e a autonomia, visando promover o bem-estar social e da comunidade onde está inserido (OCB/SESCOOP-GO, 2012).

Um dos marcos históricos do cooperativismo no Brasil foi a criação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), em 1969. A entidade exerce o papel de representação, sendo destacada de forma mais ampla a partir da criação da Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamentou a criação das cooperativas, reconhecendo a representação da OCB. Entretanto, ainda existiam pontos que convergiam com a autonomia dos cooperados, mas com a Constituição Federal de 1988, o estado foi proibido de interferir nesses empreendimentos, permitindo que eles exercessem de forma efetiva sua autonomia (OCB, s/d).

Atualmente, o cooperativismo representa uma alternativa de desenvolvimento sustentável do ponto de vista político, social, cultural e econômico. Conforme ilustra Rodrigues (2009, p. 11), “o cooperativismo é visto como instrumento por meio do qual a sociedade se organiza, promovendo ajuda mútua, e assim resolvendo diversas dificuldades derivadas do acesso às riquezas materiais e culturais”. Dentro desse contexto, no Brasil, essa perspectiva é ainda maior, tendo em vista, a necessidade de organização social para enfrentar os desafios de uma economia em desenvolvimento. Diante disso, a expansão dessa doutrina perpassa pelo desenvolvimento de ferramentas de informação que dialogam diretamente com as necessidades de uma sociedade que se encontra em constante transformação.

3.2 Cooperativas de crédito

A experiência dos Pioneiros de Rochdale trouxe novas perspectivas para sociedade e não demorou muito para que outros empreendimentos fossem criados seguindo a mesma linha doutrinária. Diante do contexto de expansão do cooperativismo, destaca-se a criação das cooperativas de crédito. Conforme destaca Pinheiro (2008, p. 23):

A primeira cooperativa de crédito não demoraria a surgir. Três anos depois, em 1847, Friedrich Wilhelm Raiffeisen, natural da Renânia, criou no povoado de Weyerbusch/Westerwald a primeira associação de apoio para a população rural, que, embora não fosse ainda uma cooperativa, serviria de modelo para a futura atividade cooperativista de Raiffeisen. A primeira cooperativa, fundada por ele em 1864, chamava-se “Heddesdorfer Darlehnskassenverein” (Associação de Caixas de Empréstimo de Heddesdorf) (PINHEIRO, 2008, p. 23).

Inicialmente, as cooperativas criadas por Raiffeisen eram exclusivamente rurais. No entanto, em 1856, Herman Schulze fundou na cidade alemã de Delitzsch, a Associação de Dinheiro Antecipado, que é considerada uma das primeiras cooperativas de crédito urbana (PINHEIROS, 2008).

Segundo Pinheiro (2008, p. 23) “nas Américas, o jornalista Alphonse Desjardins idealizou a constituição de uma cooperativa na província canadense de Quebec, em 6 de dezembro de 1900”.

No Brasil, a primeira cooperativa de crédito foi constituída em 1902, na localidade de Linha Imperial, município de Nova Petrópolis (RS), chamada de Caixa de Economia e Empréstimos Amstad, fundada pelo padre jesuíta Theodor Amstad. Esta cooperativa de crédito ainda está em atividade, conhecida como Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pioneira da Serra Gaúcha – SICREDI Pioneira/RS (PAIVA; SANTOS, 2017).

Conforme define Pinheiro (2008, p. 7):

Cooperativas de crédito são instituições financeiras constituídas sob a forma de sociedade cooperativa, tendo por objeto a prestação de serviços financeiros aos associados, como concessão de crédito, captação de depósitos à vista e a prazo, cheques, prestação de serviços de cobrança, de custódia, de recebimentos e pagamentos por conta de terceiros sob convênio com instituições financeiras públicas e privadas e de correspondente no País, além de outras operações específicas e atribuições estabelecidas na legislação em vigor (PINHEIRO, 2008, p. 7).

As cooperativas de crédito, partem da necessidade de atender onde o sistema bancário tradicional não atua, levando aos seus associados os principais produtos e serviços financeiros disponíveis no mercado, como conta corrente, aplicações financeiras, cartão de crédito, consórcio, empréstimos e financiamentos. Dessa forma, as cooperativas de crédito oferecem

produtos e serviços semelhantes aos dos bancos convencionais, mas se diferenciam dessa instituição pelo caráter participativo, não visando o lucro e sim as pessoas, contando com direitos e deveres que são iguais a todos (CHIARETTO *et al.*, 2021).

Segundo o BCB (s/d), “o cooperativismo tem sido, em muitos casos, o único veículo de acesso, para milhares de brasileiros, a produtos e serviços financeiros de maneira eficiente, transparente e adequada”. Dentro desse contexto, o cooperativismo se caracteriza como um ator importante no quadro de inclusão financeira no país, fomentando não só mecanismos de oferta de produtos e serviços, mas também dialogando através da educação cooperativista com temas pertinentes à alfabetização financeira de seus cooperados.

3.3 Interfaces entre a educação cooperativista e a educação financeira

A educação contribui diretamente com a construção e transformação de uma sociedade, atuando de maneira intensa na manutenção e/ou inserção de novos costumes, saberes, crenças e valores de um coletivo. Dentro desse contexto, o cooperativismo regido pelos princípios “Educação, formação e informação” e “Interesse pela comunidade”, tem como um dos pilares de sua sustentabilidade, a educação cooperativista, que rege diretrizes e ações que toda cooperativa precisa ter (SCOPEL; SANTOS, 2020).

Conforme define Ferreira e Sousa (2019, p. 3):

A educação cooperativista nasce com a própria ideia de cooperativa. Conscientes das características peculiares destas formas organizacionais, em que a cooperação se propõe como alternativa à competição e ao individualismo, os pioneiros do sistema cooperativo estabeleceram que ela seria um dos princípios que sustentariam e definiriam as próprias cooperativas (FERREIRA ;SOUSA, 2019, p. 3).

A educação é um direito de todo o cidadão e se configura como um importante vetor de desenvolvimento social, econômico e cultural, entre outros. No entanto, quando se fala em educação cooperativista, essa importância se torna ainda maior, tendo em vista, que o cooperativismo em seus diferentes ramos³, tem como premissa o desenvolvimento da consciência coletiva no que se refere aos seus conceitos e fundamentos.

Trazendo para o contexto do cooperativismo de crédito, por exemplo, essa dependência da educação (em especial a educação financeira) é enorme, uma vez que, em sua

³ Existem 7 ramos no cooperativismo, sendo eles: agropecuário; consumo; crédito; infraestrutura; saúde; trabalho; produção de bens e serviços; e transporte.

concepção prevê indivíduos proficientes financeiramente⁴ e isso é fator determinante para sua viabilidade econômica e social.

No Brasil, o avanço tecnológico do mercado financeiro trouxe mudanças que afetaram principalmente a oferta de novos produtos, muito por conta da ampliação da modalidade de atendimento digital, que por sua vez, se tornou um importante mecanismo de expansão do SFN. Nesse cenário de evolução e crescimento, o consumidor tem a necessidade constante de se atualizar, tendo em vista, o aumento da complexidade do mercado e sua recorrente inovação (HURTADO; FREITAS, 2020).

Atualmente, o mercado financeiro exige que o indivíduo tenha um conhecimento básico acerca dos produtos e serviços ofertados, para que suas escolhas sejam corretas e de acordo com seus objetivos. Esta condição está ligada principalmente ao nível de alfabetização financeira de cada indivíduo, sendo este um fator determinante para o estabelecimento de uma relação saudável com o mercado financeiro (GREATTI; SELA, 2021).

Segundo Kühl, Valer e Gusmão (2016, p. 54), “a alfabetização financeira consiste na capacidade de usar o conhecimento e as habilidades adquiridas a partir, mas não somente, da educação financeira”. Em outras palavras, a alfabetização financeira pode ser entendida como a formação da consciência financeira de um indivíduo, a partir do conhecimento adquirido através da educação financeira ou de suas experiências individuais e que, por sua vez, reflete nas suas atitudes cotidianas, se tornando uma habilidade presente em seu comportamento.

Já a educação financeira é um dos fatores que colaboraram para o desenvolvimento da proficiência financeira de um indivíduo, trazendo o conhecimento necessário para facilitar o processo de tomada de decisões e realização de uma gestão eficiente dos recursos financeiros, contribuindo para a inclusão financeira e a integração do indivíduo na sociedade (KÜHL; VALER; GUSMÃO, 2016).

Segundo Savoia, Saito e Petrini (2007, p. 1122), a “[...] educação financeira (...) [é] entendida como um processo de transmissão de conhecimento que permite o desenvolvimento de habilidades nos indivíduos, para que eles possam tomar decisões fundamentadas e seguras, melhorando o gerenciamento de suas finanças pessoais”.

Dentro desse contexto, quando aprimoram tais capacidades, os indivíduos tornam-se mais integrados à sociedade e mais atuantes no âmbito financeiro, ampliando o seu bem-estar social e econômico. Deste modo, a educação financeira como parte do processo de

⁴ Conhecimento que um indivíduo detém acerca das ferramentas e metodologias utilizadas para a gestão eficiente dos recursos financeiros.

alfabetização financeira, contribui não somente com a inclusão financeira, mas também representa uma parcela importante no combate às desigualdades sociais, promovendo uma consciência voltada para a necessidade de se pensar dentro dessa temática, em alternativas de desenvolvimento econômico sustentável, em regiões onde há escassez de recursos e oportunidades de geração de renda.

4. METODOLOGIA

4.1 Tipo de Pesquisa

O presente estudo é caracterizado como exploratório, pois conforme explica Gil (2009, p. 27), “as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias [sic], tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. Essa classificação de pesquisa tem como objetivo apresentar um panorama geral e mais aproximado do objeto de estudo (GIL, 2009).

A respeito da abordagem do problema, a pesquisa caracterizou-se como qualitativa, estabelecendo uma correlação com as ideias desde a coleta até a análise das informações. Segundo Minayo *et al.* (2002, p. 21-22), “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes [...]”.

Por fim, foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica, partindo da análise de materiais já desenvolvidos, com foco na revisão principalmente de artigos científicos, livros e monografias (GIL, 2009).

4.2 Levantamento dos dados da pesquisa

Para a realização do levantamento de dados da pesquisa, esta foi dividida em três fases. Na primeira fase da pesquisa, optou-se pela busca por materiais bibliográficos, utilizando o banco de dados da biblioteca virtual Scielo, do Portal de Periódicos da CAPES e da plataforma REDIB, tendo em vista, a maior familiarização do pesquisador com essas plataformas. Deste modo, buscou-se, através dessa técnica, acessar materiais que estivessem de acordo com o tema e objetivos propostos neste estudo, considerando pesquisas anteriores,

mas com discussões ainda pertinentes ao contexto atual, ou seja, não se estabeleceu lapso temporal como critério de avaliação. Para o alcance dessas informações, utilizou-se das seguintes palavras-chave nos campos de busca das plataformas: inclusão financeira, educação financeira e educação financeira nas cooperativas de crédito. Por fim, foram selecionados 43 materiais, seguindo o critério preliminar de estudos em português (BR), pois o pesquisador não domina línguas estrangeiras e por esse motivo estabeleceu o critério de exclusão.

Na segunda fase, realizou-se a leitura e interpretação da do resumo desses materiais, sendo considerados apenas aqueles que abordaram em seu escopo os assuntos pertinentes às seguintes áreas: inclusão financeira, educação financeira e educação financeira nas cooperativas de crédito.

Na terceira fase, realizou-se o processo de identificação dos materiais, filtrando apenas os estudos que contemplassem as seguintes abordagens: contexto da inclusão financeira no Brasil; ferramentas de inclusão financeira; conceito e fundamentos da educação financeira; e implementação da educação financeira em cooperativas de crédito. Dessa forma, 4 materiais foram selecionados, atendendo aos critérios de inclusão. Da mesma forma, os outros 39 materiais foram descartados, pois não atendiam aos objetivos deste estudo, uma vez que abordam apenas os assuntos referentes às ferramentas metodológicas para trabalhar a educação financeira no geral, não havendo relação direta com as dinâmicas que envolvem o cooperativismo.

Na quarta fase, realizou-se a leitura, interpretação e o fichamento dos 4 materiais, seguindo a linha de investigação delimitada pelo problema de pesquisa, visando atender aos objetivos propostos por este estudo.

O Quadro 3 apresenta, resumidamente, as fases realizadas durante o levantamento de dados da pesquisa.

Quadro 3 – Descrição do processo de levantamento dos dados da pesquisa

FASE	AÇÃO DESENVOLVIDA	DESCRIÇÃO
1ª Fase	Realização de buscas por materiais bibliográficos, utilizando o banco de dados da biblioteca virtual <i>Scielo</i> , do Portal de Periódicos da CAPES e da plataforma REDIB.	Utilizou-se no campo de pesquisa de cada plataforma as seguintes palavras-chave: 1. Inclusão financeira; 2. Educação financeira; 3. Educação financeira nas cooperativas de crédito.

	Estabelecimento do critério preliminar para seleção dos materiais.	Foram selecionados apenas materiais em português (BR).
2ª Fase	Seleção dos materiais.	Estudos com temas listados nas palavras-chave.
3ª Fase	Processo de identificação dos materiais.	Abordagens: 1. Contexto da inclusão financeira no Brasil; 2. Ferramentas de inclusão financeira; 3. Conceito e fundamentos da educação financeira; 4. Implementação da educação financeira em cooperativas de crédito. Descartados: 39 materiais, pois não atendiam aos objetivos do estudo Selecionados: 4 materiais para a realização do estudo.
4ª Fase	Análise.	Realização da leitura e fichamento dos 4 materiais para a realização do estudo.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

O Quadro 4 apresenta de forma detalhada os 4 materiais selecionados, trazendo em cada coluna as seguintes informações: referência, título, objetivo e o critério para inclusão.

Quadro 4 – Detalhamento dos trabalhos selecionados para a análise

REFERÊNCIA	TÍTULO	OBJETIVO	CRITÉRIO PARA INCLUSÃO
KÜHL; VALER; GUSMÃO, 2016.	Alfabetização Financeira: Evidências e Percepções em uma Cooperativa de Crédito.	“Avaliar qual a percepção dos colaboradores em uma cooperativa de Crédito quanto a importância da alfabetização financeira dos seus cooperados” (p. 53).	Objetivo
GREATTI; SELA, 2021.	Atuação das cooperativas de crédito no processo de inclusão financeira no Brasil.	“A proposta deste artigo consiste em analisar a atuação das cooperativas de crédito no processo de inclusão financeira no Brasil, ressaltando sua importância enquanto	Título

		atores implementadores” (p. 21).	
MATOS; ZAMPIERI; GREATTI, 2022.	Cooperativas de crédito e sua atuação em prol da inclusão financeira.	“Analisar sua atividade como provedora de serviços bancários a comunidades desassistidas, seu caráter de equalização de taxa de juros no mercado, bem como suas ações de fomento à educação financeira” (s/p).	Objetivo
SCOPEL; SANTOS, 2020	A educação cooperativa como gerador de mudanças sociais: um estudo sobre a 6ª Semana da educação financeira na cidade de Itamaraju/BA.	“Analisar a educação cooperativa e suas contribuições na mudança de pensamento das crianças enfatizando sobre a educação financeira” (p. 146).	Objetivo

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Conforme Minayo (2001, p. 16), “a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador”. Dentro desse contexto, pode-se concluir que através do processo metodológico descrito acima foi possível organizar as etapas da pesquisa e desenvolver a análise dos materiais de forma eficiente, partindo da necessidade de buscar um conhecimento mais profundo acerca do objeto de estudo.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

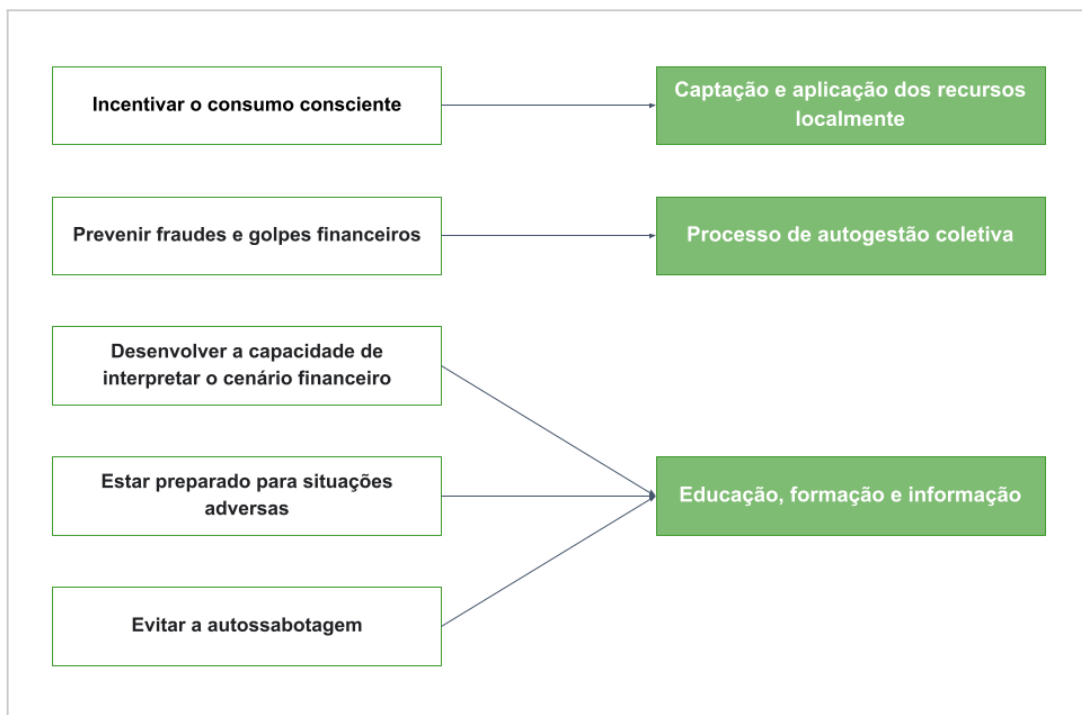
5.1 Princípios da educação financeira estabelecidos em sociedades Cooperativas

As cooperativas de crédito apresentam uma estrutura que torna mais acessível os produtos e serviços financeiros, principalmente à população que se encontra às margens do SFN. Esta condição se dá devido a algumas características que estão ligadas aos seus princípios básicos como, por exemplo, funcionar sem visar o lucro. Isto reduz o custo de operação e facilita o acesso da população da classe baixa aos produtos e serviços disponíveis no mercado financeiro. Além disso, o interesse pela comunidade é outro princípio presente nesse contexto, pois as cooperativas de crédito coletam poupança e aplicam investimentos de forma local, promovendo a geração de emprego e renda (GREATTI; SELA, 2021).

Trazendo para o contexto da educação financeira, seus princípios também estão

presentes nessas práticas, uma vez que, ao implementar, por exemplo, a captação e aplicação dos recursos localmente, está indiretamente promovendo o princípio de incentivo ao consumo consciente, pois exige dos atores envolvidos práticas que visem o desenvolvimento econômico da localidade onde estão inseridos. Da mesma forma, outros princípios estão presentes, conforme está representado na Figura 2:

Figura 1 - Princípios da educação financeira presentes nas cooperativas de crédito



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Nesse sentido, ressalta-se a estrutura organizacional que combina as esferas social e econômica, tendo em vista, suas características que contemplam a mutualidade e a autogestão. Dessa forma, a educação financeira está presente na orientação dos sujeitos envolvidos no processo organizacional, por meio de dois princípios importantes: a prevenção contra fraudes e golpes financeiros, que se caracteriza não só pela estrutura de fiscalização, mas também pelo processo de autogestão coletiva presente nas cooperativas; o desenvolvimento da capacidade de interpretar o cenário financeiro, por meio da formação e informação, fazendo com que os indivíduos tomem ciência das oportunidades e riscos envolvidos, uma vez que, todos partilham em conjunto a gestão do empreendimento (SCOPEL; SANTOS, 2020).

A promoção da educação financeira nas cooperativas de crédito é um dos aspectos

importantes para a construção de seu papel enquanto ator implementador da política pública de inclusão financeira, pois seu objetivo é desenvolver indivíduos que tenham noção do mercado financeiro, conhecimentos acerca de seus conceitos e fundamentos e que estejam preparados para situações adversas, o que se configura também com um dos princípios da educação financeira. Essas ações colaboram para existência de outro princípio, que é o de evitar a autossabotagem, ou seja, evitar que esses indivíduos tomem decisões equivocadas e conseqüentemente se encontrem em uma situação de desequilíbrio financeiro (GREATTI; SELA, 2021).

Segundo Greatti e Sela (2021, p. 34), “as cooperativas de crédito, por meio dos seus princípios, ações e formato institucional, bastante distintos dos bancos tradicionais, são capazes de contribuir para a promoção do desenvolvimento local”. Ao considerar os pontos levantados pela literatura, conclui-se que os princípios da educação financeira estão presentes não só na aplicação de seu conteúdo, mas também na própria essência do cooperativismo de crédito, uma vez que, os princípios doutrinários básicos do cooperativismo moderno dialogam constantemente como os objetivos pregados pela educação financeira em sua ampla abrangência, tornando sua presença nesse contexto um fator de desenvolvimento e sustentabilidade desse tipo de empreendimento.

5.2 Estabelecer as relações entre a educação financeira e a educação cooperativista

O entendimento acerca do que venha a ser uma sociedade parte da concepção de uma interação entre os atores envolvidos, ilustrando que o trabalho coletivo coopera para o bem-estar comum (SCOPEL; SANTOS, 2020). A humanidade passa constantemente por inúmeras mudanças, envolvendo principalmente fatores que estão atrelados à cultura dos povos e suas transformações. Dentro desse contexto, o cooperativismo nasce da interação entre pessoas, com diferentes potencialidades, que atuam em conjunto com a intenção de alcançar objetivos em comum, visando benefícios mútuos.

Conforme afirmam Scopel e Santos (2020, p. 147), “a premissa básica do cooperativismo parte da ideia de cooperar com o próximo, trabalhando em conjunto e de forma interligada para a maximização dos impactos positivos”. Dessa forma, entende-se que a cooperação envolve o processo coletivo de tomada de decisões, trazendo a organização social como instrumento de transformação da realidade local.

Nesse sentido, a educação cooperativista parte da premissa básica do cooperativismo, estando historicamente vinculada de forma indispensável ao seu desenvolvimento e sustentabilidade. Diante disso, entende-se que a gestão eficiente de uma cooperativa e a promoção da cultura da cooperação perpassa por um processo educacional próprio, trazendo características e ensinamentos peculiares à doutrina cooperativista (FERREIRA; SOUSA, 2019).

Portanto, o ensino desta doutrina é um pilar importante para a sustentabilidade desse tipo de empreendimento, partindo de uma necessidade de informar as pessoas acerca das suas características e funcionamento. Segundo Scopel e Santos (2020, p. 151), “atualmente vivemos numa realidade que poucas pessoas conhecem e vivenciam o Cooperativismo”. Nesse sentido, a base deste ensino, encontra-se na perspectiva de implementar seus conceitos e fundamentos à cultura dos povos.

Nessa perspectiva, os conceitos de cooperação e cooperativismo ainda são pouco discutidos nas esferas social e educacional. Essa constatação revela uma discordância em relação ao que se pode considerar como uma das bases da sociedade, uma vez que, contraria a ideia de bem comum, que por sua vez depende da cooperação entre os indivíduos (SCOPEL; SANTOS, 2020). Dentro desse contexto, a educação cooperativista parte da necessidade de informação acerca dos aspectos peculiares que envolvem o cooperativismo moderno.

Da mesma forma, surge a educação financeira no cooperativismo, partindo de uma necessidade de orientar os cooperados acerca das ferramentas e metodologias utilizadas na gestão eficiente dos recursos financeiros. Assim, visa-se contribuir direta e indiretamente para a sustentabilidade econômica dos empreendimentos, assim como também para o desenvolvimento socioeconômico da comunidade onde o cooperativismo está presente, tomando como base o 7º princípio do cooperativismo – interesse pela comunidade.

Nesse sentido, a relação entre a educação cooperativista e a educação financeira se dá através da sua aplicabilidade nos diferentes âmbitos das organizações, uma vez que, a provocação acerca da educação financeira nesses empreendimentos tem sua origem nas discussões que são levantadas a partir do ensino da doutrina cooperativista, levando em consideração principalmente o 5º princípio do cooperativismo que contempla as iniciativas voltadas para a educação, formação e informação.

Dessa forma, ressalta-se que a relação entre as duas temáticas está presente na base do cooperativismo, em especial, o cooperativismo de crédito, que por sua vez, está ligado diretamente ao desenvolvimento da educação financeira enquanto fator inerente à sua

sustentabilidade. Contudo, pode-se concluir que a essa relação perpassa não só pelas nuances do cooperativismo de crédito, mas também está presente nos mais variados campos onde o cooperativismo está presente, tendo em vista, que um de seus pilares é a promoção do desenvolvimento local de forma sustentável e a educação financeira tem uma grande contribuição nesse processo.

5.3 Características das ações de educação financeira desenvolvidas por cooperativas de crédito aos seus cooperados

A educação financeira é uma temática que está ganhando visibilidade no SFN, sua aplicabilidade está em processo de constante evolução e cada vez mais as instituições financeiras estão procurando formas inovadoras de gerar valor para seus clientes. No cooperativismo de crédito, não é diferente, sua perspectiva voltada para o social abrange iniciativas de incentivo à educação financeira por meio de práticas de ensino atreladas à cultura cooperativista.

Dessa forma, as cooperativas de crédito aplicam essas ações com intuito de agregar valor para a sociedade e proporcionar aos seus cooperados a oportunidade de acesso a formações e informações que contribuem não só para o equilíbrio financeiro do indivíduo, mas também para a sustentabilidade econômica da instituição. Entre essas ações pode-se citar: palestras de educação financeira; capacitação dos colaboradores e cooperados; disponibilização de materiais como apostilas, vídeos e brindes; e materiais digitais em sites, blogs e mídias sociais das instituições, entre outros.

Em seu estudo Matos, Zampieri e Greatti (2022) descrevem o programa de uma cooperativa de crédito que realiza ações de educação financeira, através de seu próprio instituto, que por sua vez, executa atividades voltadas não só para os cooperados, mas também para a comunidade em geral. Dentro desse contexto, esse instituto, conta com um eixo exclusivo para o fomento de programas e ações destinadas à comunidade, visando a promoção de habilidades que auxiliem na organização das finanças pessoais e no entendimento acerca do mercado financeiro (MATOS; ZAMPIERI; GREATTI, 2022).

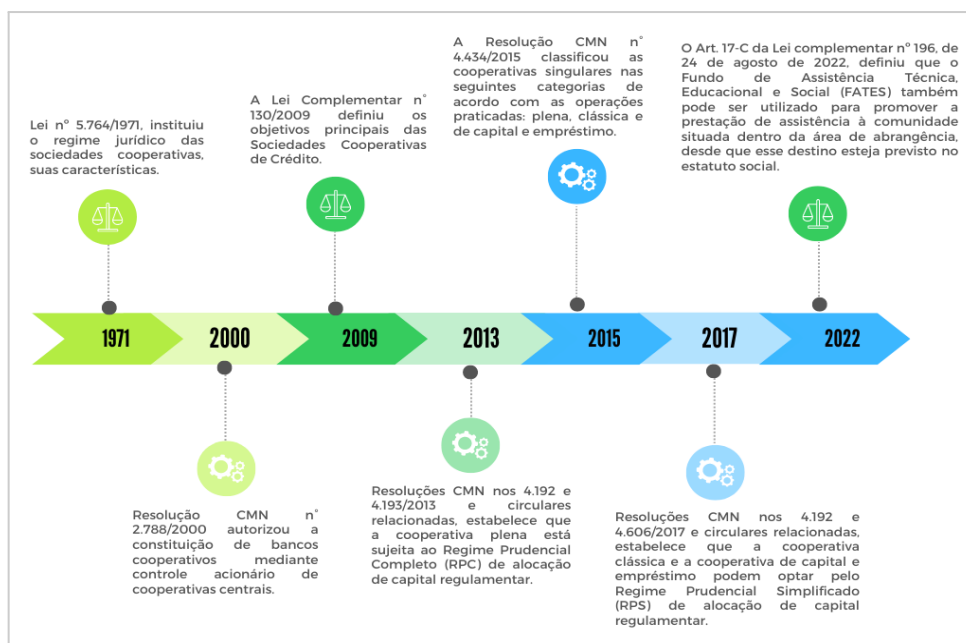
Essas ações têm o objetivo de fortalecer a autonomia e cidadania dos indivíduos envolvidos nos processos, dando a oportunidade de interagir de forma mais saudável com o mercado financeiro e com suas próprias finanças pessoais, a partir do estímulo educacional ao desenvolvimento de habilidades voltadas para a gestão dos recursos financeiros (MATOS;

ZAMPIERI; GREATTI, 2022).

Seguindo nesse contexto, as cooperativas de crédito também participam da Semana Nacional de Educação Financeira - Semana ENEF - idealizada pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), com intuito de promover a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Durante esse evento, acontecem diversas ações educacionais voltadas para a promoção educação financeira, visando o fortalecimento da cidadania e autonomia (ENEF, 2017).

Atualmente, de acordo com o Art. 17-C da Lei complementar nº 196, de 24 de agosto de 2022, as cooperativas e as confederações de serviço constituídas por cooperativas centrais de crédito podem utilizar o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) não somente para a prestação de assistência aos seus cooperados e empregados, mas também à comunidade onde está situada sua área de abrangência, desde que esse destino esteja previsto no estatuto social (BRASIL, 2022).

Figura 2 - Evolução normativa das Cooperativas de crédito no Brasil



Fonte: Adaptado de BCB, s/d.

Dessa forma, a nova regulamentação promove a oportunidade das cooperativas de crédito desenvolverem um número maior de ações voltadas não só para o público interno, mas também para a comunidade em geral e, dessa forma, contribuir ainda mais com o processo de alfabetização financeira e o de inclusão financeira, tendo em vista, que a

educação é um dos pilares dessa política.

As cooperativas de crédito se apresentam como importantes difusoras da educação financeira no país, com uma gama de ações voltadas para a capacitação de pessoas no que diz respeito à gestão de suas finanças pessoais e a utilização correta dos produtos e serviços financeiros. Essa atuação rompe a fronteira da relação entre cliente e instituição, uma vez que, os objetivos sociais da cooperativa são alcançados, tornando sua contribuição ainda maior e a partir dessa perspectiva se molda um fator de desenvolvimento socioeconômico local (GREATTI; SELA, 2021).

As iniciativas que abordam a educação financeira nesse contexto ainda são consideradas relativamente recentes e implementar seus conceitos e fundamentos na cultura dos povos é um processo longo e desafiador. Entretanto, a emergência de se desenvolver a educação financeira aumenta a velocidade de transformação e isso é um importante mecanismo para acompanhar a constante evolução do sistema financeiro. As cooperativas de crédito têm dois grandes desafios: contribuir para o processo de inclusão financeira e, ao mesmo tempo, combater a desinformação acerca do cooperativismo e da educação financeira. Para isso, a formação de indivíduos preparados para atuar nesses campos é indispensável (SCOPEL; SANTOS, 2020).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou contribuir para uma melhor percepção do cenário que envolve a educação financeira e o cooperativismo de crédito no Brasil, trazendo em seu escopo os aspectos e dinâmicas inerentes a essa temática. Dessa forma, procurou-se responder a seguinte problemática: de que forma a educação financeira pode influenciar na relação entre as cooperativas de crédito e seus cooperados? Levando em consideração, os objetivos específicos: a) Identificar os princípios da educação financeira estabelecidos em sociedades Cooperativas; b) Estabelecer as relações entre a educação financeira e a educação cooperativista; c) Caracterizar as ações de educação financeira desenvolvidas por cooperativas de crédito aos seus cooperados.

A partir desses objetivos e dos resultados desta pesquisa é possível assegurar que a educação financeira é um dos fatores que estruturam e impulsionam o desenvolvimento sustentável das cooperativas de crédito, trazendo uma relação forte com a educação

cooperativista e estabelecendo laços importantes com seus princípios. Dessa forma, as ações voltadas para essa temática devem ser promovidas de forma ampla nas instituições, com intuito de gerar valor para seus membros e para comunidade externa, além de garantir o fortalecimento da perspectiva de sustentabilidade do próprio empreendimento.

Com relação às limitações, pode-se citar a pouca quantidade de estudos que abordam a educação financeira e o cooperativismo de crédito no âmbito das relações entre as instituições e seus cooperados, obrigando o pesquisador em alguns momentos, a procurar por estudos voltados para temas correlatos ou que abordaram os temas de forma separada. Nesse contexto, realizou-se a interpretação desses materiais, visando a concepção de uma relação mais próxima entre os temas, trazendo suas peculiaridades de forma contextualizada.

Para as pesquisas futuras, o escopo desse estudo traz provocações importantes acerca dos temas abordados, envolvendo principalmente as formas de implementação da educação financeira no âmbito cooperativista. Dentro desse contexto, os futuros pesquisadores podem se debruçar sobre a estrutura e as práticas executadas nas cooperativas para levar a educação financeira aos seus cooperados, identificando e registrando, por exemplo, as ferramentas e métodos utilizados, visando a construção de indicadores que apontem sua eficácia como mecanismo de ensino dessa temática.

REFERÊNCIAS

BCB. Cooperativa de crédito. **Site do Banco Central do Brasil**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/resultadobusca?termo=COOPERATIVA%20DE%20CR%C3%89DITO&source=>. Acesso em: 12 set. 2022.

BRASIL, Lei complementar nº 196, de 24 de agosto de 2022. Altera a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009 (Lei do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 24 de agosto de 2022; 201º da Independência e 134º da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp196.htm. Acesso em: 23 out. 2022.

BÚRIGO, F. L. Finanças e solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, outubro 2006, vol. 14 no. 2, p. 312-349. ISSN 1413-0580. Disponível em: <https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2016/06/279-728-1-PB.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2022.

CHIARETTO, S.; LACERDA LESSA, A.; DE SOUZA LIMA, F.; MESSIAS SILVA, J.; MAURO RAMOS, R.; PEREIRA DA SILVA, T. Um estudo bibliográfico sobre o cooperativismo de crédito como fator de desenvolvimento e fortalecimento econômico e social. **Revista Científica Faculdade Unimed**, v. 3, n. 2, p. 83-104, 31 out. 2021. Disponível em: <https://revista.faculdadeunimed.edu.br/index.php/RCFU1/article/view/172/111>. Acesso em: 2 set. 2022.

ENEF. Semana Nacional de Educação Financeira. **Site da ENEF**. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/>. Acesso em: 22 out. 2022.

FERREIRA, P. R.; SOUSA, D. N. de. "Educação Cooperativista." *Cooperativismo & Desarrollo* 27.115 (2019): **Cooperativismo & Desarrollo**, 2019, Vol.27 (115). Disponível em: <https://revistas.ucc.edu.co/index.php/co/article/view/2976>. Acesso em: 11 ago. 2022.

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de pesquisa social. – 6. ed. – 2 reimpr. **São Paulo: Atlas, 2009**. p. 26-28. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022

GREATTI, L.; SELA, V. M. "Atuação Das Cooperativas De Crédito No Processo De Inclusão Financeira No Brasil." **Enfoque : Reflexão Contábil** 40.3 (2021): 21-37. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/52027>. Acesso em: 28 ago. 2022.

HURTADO, A. P. G.; FREITAS, C. C. G. A importância da educação financeira na educação de jovens e adultos. **Revista de Educação Popular**, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 56–76, 2020. DOI: 10.14393/REP-2020-52731. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/52731>. Acesso em: 9 out. 2022.

KÜHL, M. R.; VALER, T.; GUSMÃO, I. B. "Alfabetização Financeira: Evidências E Percepções Em Uma Cooperativa De Crédito." **Sociedade, Contabilidade E Gestão**, Vol.11, 2016 (2). Disponível em:

<https://pdfs.semanticscholar.org/ee71/b58136d16d255f950cacc1fd8e201e358aa5.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2022.

MINAYO, M. C. de S. (org). Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. 18 ed. **Petrópolis: Vozes, 2001.** Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo_2001.pdf. Acesso em: 18 de set. de 2022

MINAYO, M. C. de S. O desafio da pesquisa social. in.: MINAYO, M. C. de S. (org.); DESLANDES, S. F.; NETO, O. C. e GOMES, R. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 21. ed. **Petrópolis – RJ: Vozes, 2002.** Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 18 set. 2022.

MATOS, A. G. de; ZAMPIERI, J. V. M.; GREATTI, L. "A Atuação Das Cooperativas de Crédito em Prol da Inclusão Financeira: Estudo De Caso Comparado." **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas** 9.17 (2022): E12. Disponível em: <http://www.eaic.uem.br/eaic2020/anais/artigos/4120.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2022.

OCB. O que é cooperativismo. **Sistema OCB.** Disponível em: <https://www.somoscooperativismo.coop.br/ocb>. Acesso em: 12 de set. 2022.

OCB/SESCOOP-GO. Cooperativismo passo a passo. **Sistema OCB/SESCOOP-GO.** Disponível em: <http://www.goiascooperativo.coop.br/arquivos/downloads/cooperativismo-passo-a-passo-final-2017-15331413.pdf>. Acesso em: 25 de set. 2022.

PAIVA, B. G. M. de; SANTOS, N. M. B. F. dos. Um estudo do cooperativismo de crédito no Brasil. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 15, n. 2, p. 596-619, ago./dez. 2017. Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/4277>. Acesso em: 3 de out. 2022.

PINHEIRO, M. A. H. Cooperativas de crédito : História da evolução normativa no Brasil / Marcos Antonio Henriques Pinheiro. – 6 ed. – Brasília : **BCB, 2008.** 92 p. ISBN 85-99863-03-7. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/outras_pub_alfa/livro_cooperativas_credito.pdf. Acesso em: 3 de out. 2022.

REISDORFER, V. K. Introdução ao cooperativismo. Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, **Rede e-Tec Brasil**, 2014. 106 p.: il. 28 cm. 1, 2014. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/453446/>. Acesso em: 25 set. 2022.

RODRIGUES, S. L. L. Constituição e desenvolvimento de cooperativas / Sérgio Luís Leal Rodrigues. – **Ijuí : Ed. Unijuí, 2009** – 128 p. – (Coleção educação a distância. Série livro-texto). ISBN 978-85-7429-810-8. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/544/Constitui%C3%A7%C3%A3o%20e%20desenvolvimento%20de%20cooperativas.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 ago. 2022.

SALES, J.E. Cooperativismo: Origens e Evolução. **Revista Brasileira de Gestão e Engenharia** – Centro de Ensino Superior de São Gotardo. N° 1 Jan-jun 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia>. Acesso em: 12 ago. 2022.

SAVOIA, J. R. F., SAITO, A. T.; SANTANA, F. de A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública** [online]. 2007, v. 41, n. 6, pp. 1121-1141. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122007000600006>. Acesso em: 10 out. 2022.

SCOPEL, D. C.; SANTOS, E. O. dos. "A Educação Cooperativa Como Gerador De Mudanças Sociais: Um Estudo Sobre a 6ª Semana Da Educação Financeira Na Cidade De Itamaraju/BA." **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas** 7 (2020): 146-60. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/download/41725/pdf>. Acesso em: 1 set. 2022.